

**XIX** encontro nacional  
de pesquisa em  
ENANCIB ciência da informação

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS  
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA  
DA INFORMAÇÃO. //

**22-26**  
**OUTUBRO**  
**2018**  
LONDRINA/PR



## **XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018**

**GT-01 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação**

**DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: um recorte arquivístico**

**Marcos Ulisses Cavalheiro (Universidade de São Paulo)**

**Cibele Araújo Camargo Marques dos Santos (Universidade de São Paulo)**

***DOCUMENT AND INFORMATION IN INFORMATION SCIENCE: AN ARCHIVAL APPROACH***

**Modalidade da Apresentação: Pôster**

**Resumo:** Neste trabalho, observamos e discutimos os conceitos de "documento" e "informação" no domínio da Ciência da Informação e, mais precisamente, de sua disciplina arquivística, tendo em vista que essas áreas se relacionam por seus objetivos e processos afins, concernentes às questões de organização, representação e acesso à informação registrada (orgânica e/ou inorgânica). Esse modelo investigativo, de abordagem conceitual restritiva (o recorte), demonstra-se pertinente aos campos cruzados neste texto, pois a Ciência, de modo geral, opera com a delimitação de conceitos para fins de esclarecimento quanto ao seu objeto, objetivos, princípios e métodos; à CI e à Arquivologia (ciências sociais, aplicadas, interdisciplinares e em construção), demonstra-se relevante a reflexão, ao passo que o "documento" e a "informação" são conceitos intrinsecamente polissêmicos, com representatividade distinta em áreas do conhecimento diversas. Trata-se, pois, de uma investigação bibliográfica e documental, de natureza qualitativa e exploratória. Inicialmente, registramos alguns elementos históricos e marcos teóricos quanto aos conceitos de "documento" e "informação" na perspectiva da Ciência da Informação e de seus processos, interpretando-os pelo discurso *foucaultiano* da materialidade dos enunciados (e da informação). A seguir, conduzimos essa discussão à dimensão da Arquivologia, pela via de seus princípios elementares, o *respect des fonds* e seus desdobramentos, tendo por objetivo, ao final, compreender (questionar e reconsiderar) as características que efetivamente demarcam o "documento de arquivo" e a "informação arquivística".

**Palavras-Chave:** Ciência da Informação; Arquivologia; Documento; Informação.

**Abstract:** In this paper, we aim to analyze and discuss the concepts of "document" and "information" within the domain of Information Science and, more precisely, its archival discipline, once such fields relate each other for their same goals and processes concerning issues of organization, representation

and access to registered information (organic and/or inorganic). This investigative model of restrictive conceptual approach seems to be pertinent to both fields crossed in this text because the Science itself leads with delimitation focused on clarifying its object, goals, principles and methods; for Information and Archival Sciences (social, applied and interdisciplinary sciences in construction), such reflection is relevant, once "document" and "information" are intrinsically polysemic concepts with distinctive meanings in several fields of knowledge. This is, thus, a biographical and documentary research, whose nature is qualitative and exploratory. Initially, we register some historical elements and theoretical frameworks regarding the concepts of "document" and "information" in the perspective of Information Science and its processes, making them out through the *foucauldian* discourse of materiality of statements (of information, as well). After that, we conduce the discussion to the dimension of Archival Science and its elementary principles, *respect des fonds* and its axes, focusing on understanding (questioning and reconsidering) the characteristics that definitely line off the "archival document" and the "archival information".

**Keywords:** Information Science; Archival Science; Document; Information.

## 1 INTRODUÇÃO

Abordar os elementos conceituais do “documento” e da “informação” é um processo de intenso – e instigante – mapeamento, tendo em vista sua ampla e difusa aplicação às diversas áreas do conhecimento que abrangem. Para além de sua cientifização, o "documento" e a "informação" perpassam as nossas rotinas e vidas: do "registro de nascimento" à "certidão de óbito", estamos constantemente produzindo e recebendo informações e, pela ordem da burocracia ou da tradição, documentando-as e acumulando-as. Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação (TICs), a evolução dos suportes e registros do conhecimento e as decorrências sociais, políticas e econômicas do contexto de mundo pós Segunda Guerra Mundial, chegamos a “uma explosão/caos informacional”. Nesse cenário, conforme sugere Johanna Smit, “[...] torna-se indispensável propor um recorte para melhor delimitar o conceito de informação na Ciência da Informação” (2012, p. 84). Neste trabalho, propomos uma análise e discussão dos conceitos supramencionados, delimitando-os e distinguindo-os no escopo da Ciência da Informação (CI) e, mais precisamente, na perspectiva de sua disciplina arquivística (a Arquivologia).

Em áreas do conhecimento inter e transdisciplinares, estabelecer limites conceituais faz-se necessário a fim de que não "percamos de vista" a devida identidade de um dado campo científico, apesar dos vínculos estabelecidos com os demais saberes. A CI, por exemplo, dialoga com a Documentação, a Linguística, a Lógica, a Diplomática, a Comunicação, entre outras, e, pelo compartilhamento, constitui suas bases teóricas e metodológicas em direção à organização e representação da informação registrada, orgânica e/ou inorgânica. Reiteramos

a necessidade dessas demarcações em nossa área, pois "[...] a onipresença da informação parece já não ser portadora de informação alguma: se há informação em toda parte, se tudo pode ser considerado informacional, então nada é" (SMIT, 2012, p. 84). De igual modo, aplicamos esse raciocínio à concepção do "documento", cuja função é informar, provar e testemunhar, isto é, o "documento de arquivo". A questão suscitada é: Como, por quê e a quem o faz? Demonstra-se pertinente (e emergente) o recorte.

No contexto das ditas era e sociedade da informação e do conhecimento, cujos enunciados têm-se instaurado, sobretudo, na virada do último para o presente século, em que os discursos do "acesso" (à informação) e da "gestão" (do conhecimento) nos parecem tão emblemáticos, é fundamental que tracemos um norte de esclarecimento, no domínio da CI e de seus processos, com limiares bem definidos, sobre o referido "documento" portador da tal "informação" que nos conduz à construção de um determinado "conhecimento". Afinal de contas, "A informação, como o alimento, é um bem. Do mesmo modo que a carência de alimento provoca a fome, a carência de informação provoca a ausência do conhecimento"; por essa razão, "a sociedade organiza seus estoques de informação [...] tendo em vista um único objetivo: que o sujeito os capture, promovendo a ação de conhecer" (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 9).

Essencialmente bibliográfica, documental e exploratória, em termos metodológicos, recorreremos à literatura brasileira e estrangeira da CI e da Arquivologia, especialmente às produções dedicadas às temáticas de "informação e cultura", "informação e linguagem" e "epistemologia da CI/Arquivologia". Como objetivo geral, visamos observar e comentar os conceitos de "documento" e "informação" na CI, recortando-os, enfim, à dimensão arquivística; para tanto, são os nossos objetivos específicos: pontuar alguns marcos históricos, teóricos e conceituais da CI e das disciplinas com as quais dialoga; relacionar a CI com a Arquivologia, pela afinidade dos seus processos e pelo viés da materialidade da informação (orgânica); discutir as definições de "documento", "documento de arquivo", "informação" e "informação arquivística", demarcando suas características e questionando-as.

## **2 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

A CI parte do pressuposto de que a "informação", para que seja utilizada sem restrições de tempo e espaço, é necessário que seja documentada (SMIT, 2012). Nesse sentido, a noção de "informação documentária" ou "informação registrada" faz-nos, prontamente, considerar,

no domínio em questão, a relevância da Documentação de Paul Otlet, com o seu basilar *Traité de Documentation*, de 1934, e de Suzane Briet, com o seu inquiridor *Qu'est-ce que la Documentation?*, de 1951. As produções de Otlet e Briet subsidiaram o estabelecimento e a expansão de uma área do saber dedicada ao estudo da gênese ao processamento da "informação materializada", e nortearam aquilo o que compreenderíamos, mais tarde, por princípios, métodos, técnicas e práticas desenvolvidas nos arquivos, nas bibliotecas e nos museus, e que precisariam estar alinhadas com as constantes (e, sarcasticamente, inconstantes) TICs.

Da procedência na Documentação, em seu surgimento, a CI deparou-se com a necessidade de elaborar um conceito científico de "informação" e, para tanto, baseou-se no conceito físico da *Teoria Matemática da Comunicação*, que privilegia os aspectos técnicos (materiais) da informação em relação aos semânticos, ou seja, o registro (documento) para além da mensagem (informação). Conforme observado por Araújo (2010), a imediata consequência desse modelo é a prioridade conferida aos processos de transferência da informação, que diz respeito à "[...] efetiva comunicação do conhecimento e seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação" (SARACEVIC, 1996, p. 47). Nesse sentido, a CI não se ocupa de outra "informação", senão a materializada, visto que apenas pela documentação garantimos a sua observação, processamento e preservação. A respeito da formalização conceitual dessa informação e sua passividade/vinculação aos processos documentários, destacamos o ensaio de Harold Borko, *Information Science: what is it?*, de 1968.

Em 1991, Michael Buckland publicou, no *Journal of the American Society of Information Science*, suas considerações acerca da natureza da "informação", interpretando-a como processo (*process*), conhecimento (*knowledge*) e coisa (*thing*), evidenciando, pois, da noção de *information-as-thing*, seu caráter material que tanto interessa à área de CI; na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), em 2006, Bernd Frohmann, abordou *O caráter social, material e público da informação*, ressaltando, dentre as características que intitularam a conferência, a "materialidade", haja vista que "[...] muito do caráter público e social da informação depende dela"; afinal de contas, "[...] sem a atenção à materialidade, grande parte das considerações sociais, culturais, políticas, e éticas, tão importantes para os estudos da informação, se perdem" (FROHMANN, 2006, p. 21). Ao se posicionar a respeito do conceito "mentalista" da informação, Frohmann justifica que

“Estudar a documentação é estudar as consequências e os efeitos da materialidade da informação” (p. 21), apropriando-se do pensamento de Michael Foucault quanto à materialidade dos enunciados para refletir acerca dos documentos, produtos da informação que se converte em matéria.

A concepção de CI, para Guimarães (2013), está além do tradicional conceito norte-americano da década de 1960, fortemente ligado à informação científica e às novas TICs. Segundo o pesquisador mariliense, trata-se de “[...] um campo científico amplo, em que um conjunto de saberes, relativos aos processos e contextos da informação, se desenvolvam e nutram universos profissionais específicos”, tais como a Arquivologia, “[...] e neles encontrem espaço de aplicabilidade e de avaliação dessa teoria e metodologias. Desse modo, o campo encontra-se visceralmente permeado pela relação indissociável entre teoria e prática” (p. 185). Tal como de Otlet à Frohmann, neste trabalho, vislumbramos uma análise conceitual com o intuito de esclarecer o sentido material da “informação”, isto é, o “documento”, e compreendê-lo na perspectiva dos sistemas e dos usuários que se associam à CI e, especialmente, à Arquivologia. Adiante, traçamos o recorte.

### **3 DOCUMENTO E INFORMAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA**

Antes de demarcarmos os pareceres efetivamente arquivísticos dos conceitos centrais abordados no texto, acreditamos ser pertinente, à própria CI e à Arquivologia, transcendermos do conceito de “interdisciplinaridade”, que as caracterizam, para o conceito de “multidisciplinaridade”, pois neste “[...] os interesses próprios de cada disciplina são preservados, conservando-se sua autonomia e seus objetos particulares” (MACHADO, 1995 apud KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13). Portanto, embora se relacionem quanto à configuração, à materialidade, aos objetivos e aos processos, o “documento” e a “informação”, na Arquivologia, não são, via de regra (ressalvamos), os mesmos na Biblioteconomia, na Museologia, tampouco na CI. “Trata-se, portanto, de um processo dialógico que requer interpenetração metodológica e uma (meta) linguagem compartilhada. O conhecimento produzido distingue-se, nessa medida, daquele existente nas disciplinas de origem” (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 13).

Enquanto em CI o “documento” pode significar qualquer “informação”, desde que registrada e institucionalizada, como sugerem Buckland (1991), Frohmann (2006) e Smit (2012), por exemplo, o “documento de arquivo” é o registro de uma informação de

funcionalidade peculiar, gerado para prova de um ato, e arquivado para testemunho de um fato. Segundo Duranti (1996), esse documento, em particular, é caracterizado por sua autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade. Portanto, trata-se de um documento comumente revestido de precisão formal (documento autêntico), registro de uma informação fidedigna, reflexo da execução de um processo de trabalho (THOMASSEM, 2006) (documento imparcial), e que possui, sobre a proveniência, suas competências e seu conjunto documental, vínculos genéticos entre as unidades (documento orgânico). Ratificamos que o documento de arquivo é produzido em decorrência do cumprimento de funções, atividades e tarefas (documento natural) e, em contramão aos exemplares de livros de biblioteca, por exemplo, é produzido e acumulado por uma razão singular (documento único).

Theo Thomassem sugere que a compreensão das peculiaridades do documento de arquivo proceda do conceito central da Arquivologia, o próprio arquivo. Em sua concepção, "Muitas pessoas têm alguma noção do que é um arquivo: seja ele grande ou pequeno, privado ou público [...], elas o reconhecem como uma coleção de documentos acumulados por pessoas, famílias, ou grupos sociais com o intuito de dar suporte as suas memórias" (2006, p. 5). Além do valor informativo (função secundária), Schellenberg (2012) alegaria que os documentos de arquivo são dotados e, portanto, preservados, por seu valor de prova da execução de funções, políticas, decisões, métodos, operações e outras atividades (função primária). Thomassem ainda esclarece que "Um documento é a menor unidade de informação registrada com significado próprio, mas nem toda informação que pode ser recuperada sob forma documental é um documento de arquivo", visto que, esses [...] estão vinculados aos processos pelos quais foram gerados". Logo, se "[...] estão inseridos num processo, isto quer dizer que são gerados e estruturados por processos de trabalho", definidos pelo docente holandês como "[...] uma cadeia de atividades coerentes, com um início e um fim, e direcionadas a um objetivo específico, [...] a razão para a existência, ou a missão, do produtor de documentos", e que também "estabelece vínculos entre os processos de trabalho, os quais tornam os arquivos um todo coerente" (2006, p. 6).

Cabe-nos, ainda, esclarecer: a que informação fazemos menção ao pensarmos acerca do documento de arquivo? Seria a "informação arquivística" propriamente dita? Acreditamos ser pertinente o questionamento de sua existência mediante os contextos de uso e atribuição de valores (primário e secundário) do documento de arquivo e sua informação. Trata-se de

uma investigação pertinente aos campos e aos processos abarcados neste trabalho, pois "[...] os estudos de necessidade e uso de informação são importantes para a construção de sistemas em conformidade com a necessidade e o anseio social" (RABELLO, 2013, p. 161), recortados, nesta investigação, à própria comunidade arquivística. De fato, o conceito de "informação arquivística" tem sido discutido (e amplamente aderido) entre os arquivistas canadenses e brasileiros, estreitando, pois, os vínculos entre as áreas de Arquivologia e CI (FONSECA, 2005). Todavia, é interessante frisarmos que a adjetivação dessa informação ocorre pela mera via da institucionalização e da custódia do documento que a transporta (o arquivístico).

Calderón comenta que, embora recorrente na literatura da Arquivologia desde 1980, a existência da "informação arquivística" prossegue como uma incógnita: "Seria um significante pobre de significado ou um rótulo de moda?" (2013, p. 15). Os acadêmicos e profissionais da área que compreendem a mensagem do "documento de arquivo" como "informação arquivística" a caracterizam por sua natureza orgânica, sua unicidade e sua capacidade de ser avaliada em termos de idade" (CALDERÓN, 2004). Nesse sentido, denominá-la "arquivística" seria uma forma de ascensão do contexto informacional no âmbito dos arquivos. Conforme esse raciocínio, a "informação arquivística" é discriminada em sinonímia à "informação orgânica", que é justamente "A informação gerada por processo de trabalho, e é estruturada de acordo com estes processos, de modo a possibilitar a recuperação e a interpretação contextual, mesmo em um outro momento ou lugar" (THOMASSEM, 2006, p. 7).

A informação é, de fato, "[...] um dos elementos básicos para a inteligibilidade dos processos, sejam eles naturais ou culturais. Por isso mesmo, enfrenta-se dificuldade crescente para abordá-la nocionalmente" (KOBASHI; TÁLAMO, 2003, p. 9). Preconizamos o recorte conceitual a partir das características que demarcam o "documento" e sua "informação" na Arquivologia, aliando-as aos processos da área macro e à previsão de usos e usuários da informação no ambiente de arquivo. Para além das questões de nomenclatura suscitadas, espera-se, no contexto da CI, que a informação registrada (arquivística ou não, orgânica ou inorgânica) se converta em conhecimento (*information-as-knowledge*), de modo que se viabilizem seus processos inteligíveis. Nesse sentido, os arquivos públicos e privados, institucionais e pessoais, passam a ser concebidos como "verdadeiros laboratórios" de análise,

síntese, organização, representação e difusão da informação orgânica (*information-as-process*).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, compartilhamos o entendimento de que, na CI, a "informação" se refere à mensagem, ao conteúdo, ao teor comunicativo que decorre e/ou serve de insumo administrativo, burocrático, jurídico, artístico, literário, de caráter público ou privado, a ser registrado e, portanto, "transportado" em suportes de conhecimento convencionais ou tecnológicos. A informação na CI não pode ser analisada em dimensões abstratas; por essa razão, constatamos a sua existência material (concreta) nos livros, nos objetos tridimensionais, nas "nuvens" e nos documentos de arquivo. Na Arquivologia, em particular, o documento é um registro único, natural e orgânico, de procedência peculiar, decorrente das medidas e ações previstas e/ou executadas rotineiramente por uma pessoa física ou jurídica. Quanto a esse documento, não o contemplamos aquém de seu devido contexto de produção e seus vínculos genéticos com a completude do conjunto, uma vez que a análise documental "isolada" feriria o *respect des fonds*, princípio que fundamenta o discurso e o *quehacer* arquivísticos.

Parece-nos, ainda, conflitante tratar da adjetivação da "informação arquivística", por ser este um termo que, embora recorrente na Arquivologia, tem a sua subsistência criticada pelos próprios acadêmicos da área. Sintaticamente, a "informação arquivística" diz respeito, justamente, à informação registrada no documento de arquivo; em dimensões pragmáticas, parece-nos conveniente que a informação seja qualificada pela via de seus usos e usuários, ou seja, a "informação gerencial" dos arquivos empresariais e a "informação pessoal" dos arquivos pessoais, por exemplo. Para além da problemática terminológica, importa-nos, de antemão, reconhecer que a informação na Arquivologia seja, via de regra, observada em seus documentos, de modo a preservar, por conseguinte, suas características de proveniência e organicidade. Por essa razão, acreditamos ser pertinente, nesse estágio da investigação, denominar a "informação de arquivo" como "informação orgânica".

Com este trabalho, aguardamos as vindouras abordagens e recortes conceituais quanto ao "documento" e à "informação" na CI, bem como na Arquivologia, na Biblioteconomia, na Museologia e nas TICs. A partir desses apontamentos, visamos contribuir, sobretudo, com os acadêmicos e os profissionais da informação e dos arquivos, esclarecendo-

lhes quanto à complexidade dos conceitos discutidos, os quais comumente perpassam as nossas práticas de investigação e trabalho, por vezes desprovidos do nosso questionamento.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de informação na ciência da informação. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v.20, n.3, p. 95-105, set./dez. 2010.

BORKO, Harold. Information science: what is this? **American Documentation**, [S.l.], v. 19, 3-5, 1968.

BUCKLAND, Michael Keeble. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science (JASIS)**, [S.l.], v.45, n.5, p.351-360, 1991.

CALDERON, Wilmara Rodriguez. **O arquivo e a informação arquivística**: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

\_\_\_\_\_.; et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, v.33, n. 3, p.97-104, set./dez. 2004.

DURANTI, Luciana. **Diplomatica**: nuevos usos para una antigua ciencia. Trad. VAZQUEZ, Manuel de. Carmona: Asociación de Archiveros de Andalucía, 1996.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Marângela Spotti Lopes; MARTELETO, Regina Maria; LARA, Marilda Lopes Ginez de. (Orgs.). **A dimensão epistemológica da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, p.19-34.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Entrevista. **inCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 182-186, jan./jun. 2013.

KOBASHI, Nair Yumiko.; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 3, p. 7-21, set./dez. 2003.

RABELLO, Rodrigo. Leituras sobre usuário e uso de informação na Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.18, n.4, p.152-184 out./dez. 2013.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A informação na ciência da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/20536>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arq. & Adm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16. jan./jun. 2006.